

**FISCALIZAÇÃO** ADMINISTRAÇÕES SUBMETIDAS À FISCALIZAÇÃO DA CGU FORAM ESCOLHIDAS POR SORTEIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# União encontra irregularidades em 12 prefeituras capixabas

Nos últimos dois anos, fiscais da CGU constataram 57 exemplos de mau uso de verba federal

**FELIPE QUINTINO**  
fquintino@reddegazeta.com.br

Os fiscais da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão da presidência da República, constataram 57 irregularidades na aplicação de verbas federais em 12 prefeituras do Espírito Santo. A fiscalização foi realizada nos últimos dois anos, por meio do Programa de Fiscalização, a partir de sorteios públicos.

Dos 12 municípios analisados no Estado em 2003 e 2004, apenas dois prefeitos foram reeleitos: Edson Henrique Pereira (PL), de Barra de São Francisco, e Guerino Balestrassi (PSB), de Colatina.

Ao total, a CGU fiscalizou o uso de R\$ 62,6 milhões nas prefeituras do Estado. O valor chega a R\$ 3,5 bilhões em todo o Brasil. As prefeituras submetidas à fiscalização da CGU são escolhidas por sorteio da Caixa Econômica Federal. Os sorteios seguem o mesmo sistema das loterias federais e são abertos ao público.

No final do ano passado, os fiscais estiveram em Barra de São Francisco, no noroeste do Estado. Eles analisaram e en-

## As irregularidades encontradas nos municípios

Veja as principais irregularidades identificadas pelos auditores e fiscais da Controladoria-Geral da União nas administrações municipais do Estado, na gestão anterior dos prefeitos

**1º sorteio** No primeiro sorteio não apareceram municípios do Espírito Santo

### 2º Sorteio Jaguaré

- |   |  |  |   |   |  |
|---|--|--|---|---|--|
| <b>1</b> O Laboratório Franco, contratado por R\$ 221,3 mil com recursos do Ministério da Saúde, era de propriedade de uma parente do prefeito e do presidente da Comissão de Licitação. A empresa encontrava-se em situação fiscal irregular | <b>2</b> Os monitores do programa de Atendimento à Criança ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada, do Ministério da Previdência Social não estavam sendo treinados | <b>3</b> Concentração de 95% dos orlhões no centro da cidade, enquanto não existem aparelhos em outras localidades | <b>4</b> Um total R\$ 297 mil, destinados à recuperação de estradas e distribuição de materiais de construção foram aplicados na recuperação da Barragem Jundiá | <b>5</b> Um imóvel previsto para a implantação de projeto sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional foi vendido a terceiros, entre outras irregularidades | <b>6</b> Utilização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para a realização de rodeio e para ajuda financeira à Associação Jaguaré Esporte Clube |
|---|--|--|---|---|--|

### 3º Sorteio Muniz Freire

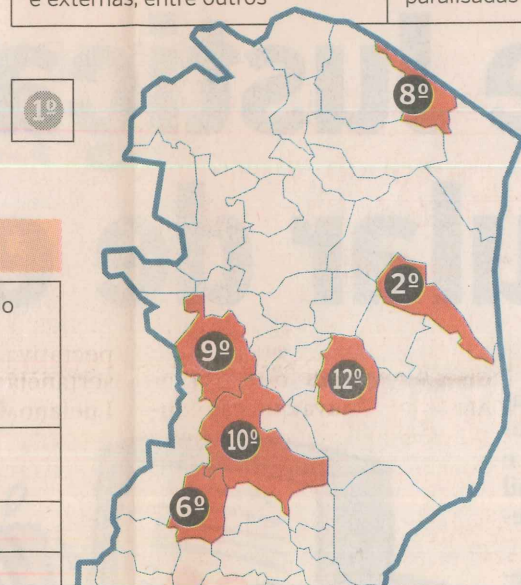
- |  |   |
|--|---|
| <b>1</b> O Ministério da Integração Nacional celebrou convênio de R\$ 168 mil com a prefeitura para recuperar os estragos das enchentes acontecidas no município no final de 2001, mas foram encontradas irregularidades na execução das obras | <b>2</b> O contrato entre a Caixa e o Incra prevê a execução de eletrificação rural e a construção*recuperação de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Ouro Verde, mas a divergência entre os valores pagos e os serviços efetivamente realizados geram um saldo a restituir de R\$ 7,6 mil |
|--|---|

### 4º Sorteio São José do Calçado

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <b>1</b> Irregularidades na construção de creche para 50 crianças, no distrito de Airituba. A creche, sequer inaugurada, já apresenta problemas de rachaduras internas e externas, entre outros | <b>2</b> Obras do Programa Morar Melhor estão paralisadas | <b>3</b> Execução de convênios sem licitação para a realização de obras do sistema de esgotamento sanitário do município |
|---|---|--|

### 5º Sorteio Jerônimo Monteiro

- |  |
|--|
| <b>1</b> O Ministério do Meio Ambiente repassou ao município R\$ 1,1 milhão para obras de despoluição de bacias hidrográficas e implantação do sistema de esgoto sanitário, mas não houve autorização para a alteração do quantitativo previsto para obras de asfaltamento |
| <b>2</b> Irregularidades em licitação para aquisição de equipamentos na área de Saúde  |
| <b>3</b> Obras na área de construção civil sem licitação   |
| <b>4</b> Divergências entre no cadastro do   |



### 7º Sorteio Iaconina

- |   |
|---|
| <b>1</b> O filho do prefeito foi contratado pela para execução de obras                       |
| <b>2</b> Estado e município não vêm efetivando a contrapartida do Programa Farmácia Básica    |
| <b>3</b> Falhas na execução de convênio com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e |

### COMO É O TRABALHO

■ **Criação.** O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos foi criado em 2003, no início do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A finalidade do programa é investigar a aplicação de verbas federais nos municípios.

■ **Metodologia.** O programa usa mecanismo de sorteio público para escolher os municípios. A Caixa Econômica Federal é responsável por fazer os sorteios.

■ **Fiscalização.** Doze municípios do Espírito Santo já foram fiscalizados desde o início do programa. Outros dois, Mimoso do Sul e Nova Venécia, vão passar por auditoria.

■ **Trabalho.** Em cada município, os auditores examinam contas documentos e fazem inspeção pessoal e física das obras e serviços em realização. Desde o início do programa, 741 municípios já foram investigados. Desse total, 548 prefeituras tiveram problemas de aplicação de verbas federais.

■ **Levantamento.** Os fiscais viajam aos municípios sorteados munidos de um levantamento prévio feito junto aos órgãos federais sobre os recursos re-

de R\$ 62,6 milhões nas prefeituras do Estado. O valor chega a R\$ 3,5 bilhões em todo o Brasil. As prefeituras submetidas à fiscalização da CGU são escolhidas por sorteio da Caixa Econômica Federal. Os sorteios seguem o mesmo sistema das loterias federais e são abertos ao público.

No final do ano passado, os fiscais estiveram em Barra de São Francisco, no noroeste do Estado. Eles analisaram a aplicação de R\$ 6,82 milhões e encontraram a falta de comprovação de despesas de R\$ 39 mil para a área da Saúde, falhas no funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e irregularidades em licitações na compra de medicamentos. O prefeito Edson Pereira não conseguiu, por exemplo, comprovar sequer a publicação do edital de abertura da licitação. Também não apresentou à CGU o parecer jurídico sobre a concorrência.

**Convênios.** Já em São José do Calçado, que constou no quarto sorteio da CGU, houve a constatação de irregularidades na construção de uma creche com capacidade para 50 crianças. Também foram encontrados problemas de execução de convênios sem licitação para a área da Saúde.

Em Jerônimo Monteiro, os auditores encontraram problemas na alteração de contrato de pavimentação. Segundo o relatório, a prefeitura não teve autorização da Caixa Econômica para alteração de quantitativo previsto para a pavimentação. A prefeitura também deixou de realizar licitação construção de bueiros, fossas e mata-burros.

Em Iconha, onde foram fiscalizados R\$ 2,6 milhões, os técnicos constataram que a prefeitura contratou os serviços da empreiteira Gobetti, que tinha como técnico responsável o engenheiro Márcio Mougín - filho do ex-prefeito Dercelino Mongin.

Com o término do trabalho, as equipes de fiscais e auditores encaminharam um relatório aos órgãos responsáveis pela adoção das medidas recomendadas em cada caso, como os Ministérios Gestores, Polícia Federal, Ministérios Públicos Federal e dos Estaduais, Tribunal de Contas da União e Câmaras Municipais. Os casos de irregularidades vêm sendo apurados.

## 5º Sorteio Jerônimo Monteiro

1 O Ministério do Meio Ambiente repassou ao município R\$ 1,1 milhão para obras de despoluição de bacias hidrográficas e implantação do sistema de esgoto sanitário, mas não houve autorização para a alteração do quantitativo previsto para obras de asfaltamento

2 Irregularidades em licitação para aquisição de equipamentos na área de Saúde

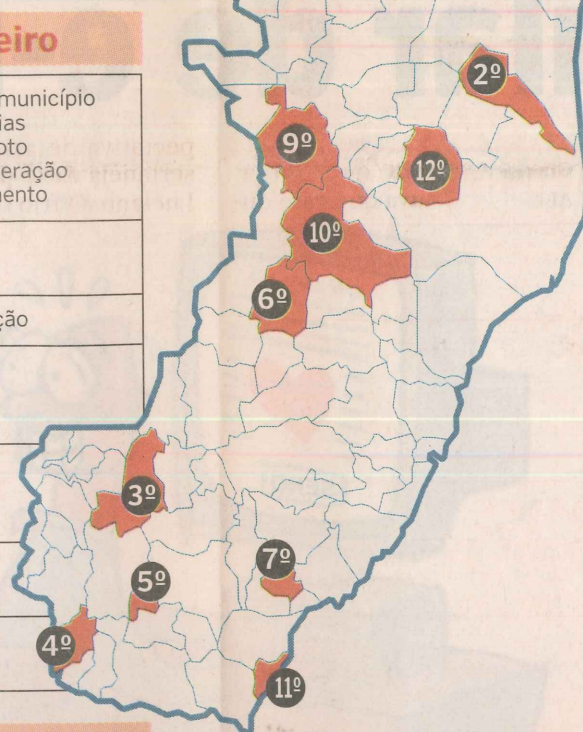
3 Obras na área de construção civil sem licitação

4 Divergências entre no cadastro do Programa Bolsa Escola (Ministério da Educação) fornecido pela Prefeitura

5 O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) não está atuando. O conselho acompanha os recursos federais investidos no município

6 Os Conselhos Municipais não executam atribuições previstas em lei

7 Não existe controle de distribuição de medicamentos



1 O fim do preleito foi contratado pela para execução de obras

2 Estado e município não vêm efetivando a contrapartida do Programa Farmácia Básica

3 Falhas na execução de convênio com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

4 Não recolhimento das contribuições previdenciárias

5 Aquisição de gêneros alimentícios sem licitações

6 Desvio de finalidade na aplicação de recursos

Desde o início do programa, 741 municípios já foram investigados. Desse total, 548 prefeituras tiveram problemas de aplicação de verbas federais.

### ■ Levantamento.

Os fiscais viajam aos municípios sorteados munidos de um levantamento prévio feito junto aos órgãos federais sobre os recursos repassados a cada região.

## 6º Sorteio Itaguaçu

1 Irregularidades em obras de reconstrução de casas populares

2 Impropriedades na utilização de recursos do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), no valor total de aproximadamente R\$ 350 mil

3 Alteração de objeto de convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) sem redução do valor

4 Impropriedades em obras de construção de sistema de esgotamento sanitário.

5 Índícios de superfaturamento em aquisição de unidade móvel de saúde.

## 8º Sorteio Pedro Canário

1 Obra para a execução de uma barragem parada e prestação de contas vencida

2 Empresa vencedora de licitação em situação irregular no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

3 Falta de controle de estoque dos medicamentos e armazenagem imprópria

## 9º Sorteio Pancas

1 Galpão construído com verba do Ministério do Desenvolvimento Agrário está sem utilização

2 Recurso liberado pelo Ministério da Assistência Social para construção de creche não é utilizado

3 Pagamentos de benefícios por meio de cheques da prefeitura para débito direto em conta-corrente

4 Problemas na execução do Programa de Assistência a Projetos de Infra-estrutura, para fortalecimento da agricultura familiar

5 Repasse de recursos do Programa de Agentes Comunitários de Saúde para associação de moradores, contrariando a Lei 8.090\*90

## 10º Sorteio Colatina

1 Repasse de recursos federais para APAE, contrariando a Lei 8.080\*90 (SUS)

2 Prefeitura não efetiva contrapartida municipal para programa Farmácia Básica

3 Obras da Fundação Nacional de Saúde não executadas

4 Computadores do Programa de Inclusão Digital não são localizados

## 11º Sorteio Marataízes

1 Ausência de comunicação aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais sobre as liberações de recursos federais

2 Prefeitura repassa indevidamente R\$ 140 mil do Programa de Atenção Básica (Ministério da Saúde) para hospital

3 Prefeitura não comprova despesas de R\$ 243,9 mil realizadas com recursos do Programa de Atenção Básica (PAB)

4 Prefeitura compra farelo de milho e paga alimentação e seguro de veículo com recursos da Saúde

5 Atraso na aquisição de equipamentos agrícolas e implantação de horta e viveiro

6 Alunos fora das condições de recebem benefício da Bolsa Escola

## 12º Sorteio Rio Bananal

1 Impropriedades na construção de um centro de convivência do idoso

2 Inobservância da exigência de frequência mínima para pagamento da Bolsa do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (Peti)

3 Prefeitura não comunica aos partidos e entidades a liberações de recursos federais

4 Galpão construído em 2003, com recursos Ministério do Desenvolvimento Agrário, de R\$ 280,9 mil, ainda não é utilizado

5 Prefeitura utiliza recursos do Programa de Atenção Básica (PAB) em despesas não previstas pelo programa: constatou-se que a prefeitura comprou medicamentos no valor de R\$ 63,2 mil para a farmácia básica com recursos do PAB. Ressalte-se que o Governo Federal já destina recursos exclusivamente para a compra de medicamentos

## 13º Sorteio Barra de São Francisco

1 Prefeitura não comprova despesas de R\$ 39 mil, com recursos da Saúde

2 Prefeitura compra televisão, fogão e computador com recursos da Saúde

3 Utilização indevida de recursos da Contribuição Financeira sobre Extração Mineral (CFEM) e pagamentos não identificados no valor de R\$ 10,1 mil

4 Falhas no funcionamento do Cons. Municipal de Saúde

5 Irregularidades em licitações para compra de medicamentos, no total de R\$ 74,6 mil

## Prefeitos dizem que falhas foram revistas

O prefeito reeleito de Barra de São Francisco, Edson Pereira (PL), reconheceu falhas no funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, uma das irregularidades encontradas pela Controladoria-Geral da União (CGU).

“Aconteceu afastamento de uma equipe do conselho que fazia o trabalho, mas já foi corrigido”, disse. Em relação ao problema da falta de comprovação de R\$ 39 mil de recurso da saúde, o prefeito disse que o dinheiro “foi uma sobra”. “Sobrou recursos do programa, pois fizemos economia. Em vez de devolver ao Ministério da Saúde, é melhor gastar com as pessoas do município”, afirmou. Ele negou, entretanto, irregularidades em licitação para compra de medicamentos.

Já em Colatina, a procuradora-geral, Santana Benezoli, afirmou que o repasse de verbas do Programa de Atenção Básica (PAB) para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) foi uma sugestão do próprio Ministério da Saúde. “Isso ocorreu em outros municípios do Estado”, disse.

O ex-prefeito de Itaguaçu, José Hanstenreiter, disse que já apresentou sua defesa em relação a cada uma das irregularidades apontadas pela controladoria. “Os pontos levantados pela fiscalização já foram todos contestados”, garantiu o prefeito. “Estive inclusive no Ministério da Integração Nacional para levar um relatório explicando o que ocorreu”, disse. Em Itaguaçu, os auditores encontraram problemas na construção de casas populares.